

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

**2018**



## ÍNDICE

Nota de Abertura .....	4
Órgãos Sociais .....	5
Associados.....	6
Associados Municipais .....	6
Associados Não Municipais.....	7
Estrutura Organizativa .....	8
Recursos Humanos.....	9
Quadro de Pessoal.....	9
Recurso à Subcontratação.....	9
Atividades Previstas em Plano de Atividades.....	11
Observatório de Sustentabilidade.....	11
Pacto de Autarcas para o Clima e Energia .....	12
Projeto BundleUp.....	13
Participação em Atividades RNAE .....	14
Mercado Liberalizado de Energia.....	15
Compensação do Fator de Potência .....	16
Produção Descentralizada de Energia Elétrica.....	17
Formação em Gestão Energética .....	18
Portugal 2020/ Norte 2020 .....	19
Porto Solar.....	20
Contest .....	21
Promoção e comunicação .....	22
Prestação de Serviços de Consultoria .....	23
Prestação de Serviços de Consultoria .....	24
Atividades Não Previstas em Plano de Atividades .....	25

Atividades Previstas Mas Não Concretizadas.....	27
Análise da Situação Económica e Financeira .....	28
Rendimentos .....	28
Gastos.....	29
Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício .....	30
Evolução Previsível da Atividade.....	31
Divulgações Exigidas por Diplomas Legais .....	31
Proposta de Aplicação de Resultados .....	32
Demonstrações Financeiras .....	34
Balanço Individual em 31 de dezembro de 2018.....	34
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31 de dezembro de 2018.....	35
Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa do Período Findo em 31 de dezembro de 2018 .....	36
Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2018.....	37
Aprovação .....	65

## NOTA DE ABERTURA

No ano de 2018 a Energaia supera, mais uma vez, os objetivos inicialmente programados em termos de atividades a desenvolver, com custos abaixo dos orçamentados, e resultados positivos.

O nível de abrangência e integração das atividades da Energaia com os objetivos estratégicos dos municípios associados, e até ao nível Metropolitano, refletem o permanente crescendo da relação sinérgica entre todos os principais stakeholders do território, com os benefícios daí inerentes para o processo de transição energética do mesmo.

Este quadro de atividade desenvolve-se num contexto que tem permitido a repetida corporização da criação de valor para as autarquias, numa escala que multiplica de forma significativa o investimento realizado pelas mesmas na agência.

No plano dos resultados mantém-se a trajetória de resultados positivos, sem a existência de quaisquer passivos significativos, o que revela a adequação da atividade da agência também sob o ponto de vista da gestão dos seus recursos financeiros e humanos.

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### **Assembleia Geral**

Presidência da Mesa da Assembleia Geral

Município de Vila Nova de Gaia

1º Secretário da Mesa da Assembleia Geral

Município de Oliveira de Azeméis

2º Secretário da Mesa da Assembleia Geral

Município de São João da Madeira

### **Vogais**

Município de Espinho

Município de Santa Maria da Feira

Município de Vale de Cambra

ADENE - Agência para a Energia

EDP Distribuição

Portgás

FEUP - Faculdade de Engenharia da  
Universidade do Porto

GALP Energia

ISEP - Instituto Superior de Engenharia do Porto

Metro do Porto

SULDOURO

Universidade de Aveiro

### **Conselho de Administração**

Presidência do Conselho de Administração

Município de Vila Nova de Gaia

Vice-presidência do Conselho de Administração

Município de Santa Maria da Feira

Vogal do Conselho de Administração

Município de Espinho

Tesoureiro do Conselho de Administração

EDP Distribuição

Secretário do Conselho de Administração

ADENE – Agência para a Energia

### **Conselho Fiscal**

Município de Vale de Cambra

GALP Energia

Metro do Porto

## ASSOCIADOS

### ASSOCIADOS MUNICIPAIS



Município de Espinho



Município de Oliveira de Azeméis



Município de Santa Maria da Feira



Município de São João da Madeira



Município de Vale de Cambra



Município de Vila Nova de Gaia

## ASSOCIADOS NÃO MUNICIPAIS



ADENE  
Agência para a Energia



EDP Distribuição



Portgás



FEUP  
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto



GALP Energia



ISEP  
Instituto de Engenharia da Universidade do Porto



Metro do Porto



Suldouro  
Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos

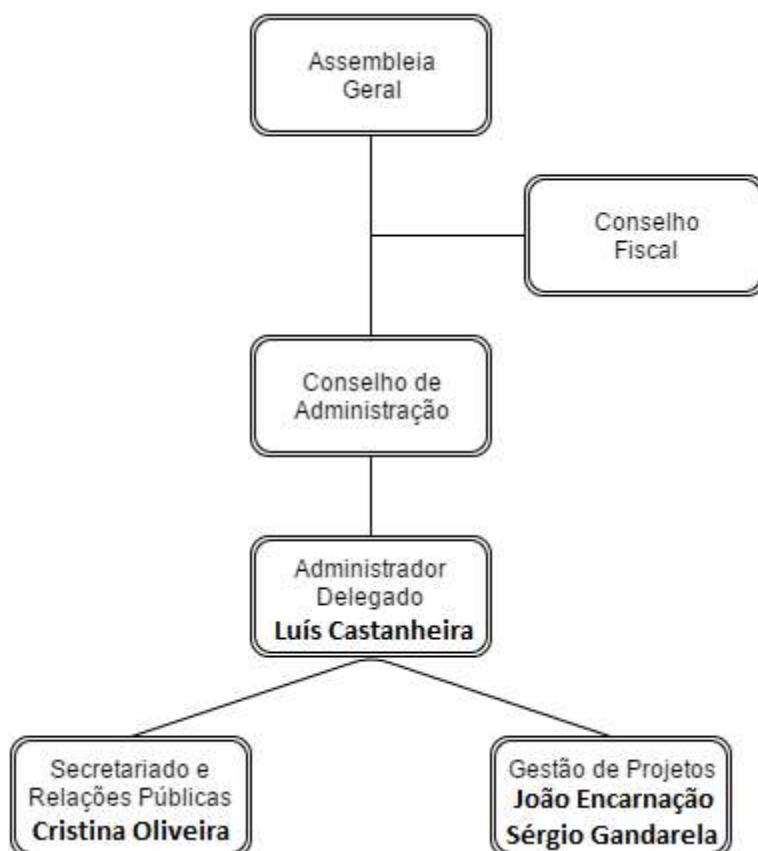


Universidade de Aveiro



Águas do Douro e Paiva

## ESTRUTURA ORGANIZATIVA





## RECURSOS HUMANOS

### QUADRO DE PESSOAL

No final de 2018, a *Energaia* tinha ao seu serviço 4 colaboradores, assim distribuídos:

<i>Função</i>	<i>Número</i>
Administrador Delegado	1
Secretariado e Relações Públicas	1
Gestores de Projetos	2
<b>Total</b>	<b>4</b>

### RECURSO À SUBCONTRATAÇÃO

A equipa da *Energaia* caracteriza-se pelo elevado grau de qualificação e o reconhecimento de diversas valências técnicas, que lhe permite atuar sem qualquer limitação nas áreas em que intervém. No entanto, como forma de evitar o crescimento insustentável da equipa, e aquando de solicitações específicas que o justifiquem, a *Energaia* recorre à subcontratação de empresas especializadas que atuam sob a coordenação e supervisão da sua equipa técnica.

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

## 2018

## ATIVIDADES PREVISTAS EM PLANO DE ATIVIDADES

A *Energaia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto*, na prossecução da sua missão, desenvolveu durante o ano de 2018 as seguintes atividades:

### OBSERVATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

Com o Observatório de Sustentabilidade, os municípios obtêm uma base de dados muito completa, que inclui a caracterização dos edifícios, da iluminação pública, das frotas municipais, do abastecimento e tratamento de água, e da recolha e tratamento de resíduos. Esta plataforma contém informações que englobam características de construção dos edifícios, sistemas e equipamentos técnicos existentes, informações sobre consumos e custos com energia e água obtidas através de faturas e de sistemas de monitorização, bem como outras informações gerais.

O Observatório de Sustentabilidade viabiliza a utilização, pela Energaia e municípios seus associados, de um conjunto de instrumentos de gestão que convergem para a melhoria da respetiva sustentabilidade territorial, para a redução dos encargos sobre os orçamentos municipais e para a simplificação dos processos administrativos e técnicos relacionados com o abastecimento e consumo energético nos edifícios, equipamentos, espaços e infraestruturas sob a sua responsabilidade.

Durante 2018, a Energaia promoveu a melhoria contínua do Observatório de Sustentabilidade, designadamente ao nível da análise de dados de faturação, de relatórios e de alarmística.

Com a integração dos dados de Telecontagem foi possível iniciar uma avaliação técnica para instalação de sistemas fotovoltaicos em regime de autoconsumo.

## PACTO DE AUTARCAS PARA O CLIMA E ENERGIA

Tendo por base o sucesso do Pacto de Autarcas, em 2014 foi lançada a iniciativa “Mayors Adapt” que, seguindo o mesmo modelo de governação, dirigiu um convite às autarquias para um compromisso com ações de antecipação e preparação para os impactos inevitáveis das alterações climáticas. No final de 2015, as duas iniciativas fundiram-se no novo e integrado Pacto de Autarcas para o Clima e Energia, adotando os objetivos da UE para 2030 e uma abordagem integrada à mitigação e adaptação às alterações climáticas. O novo Pacto de Autarcas, lançado pela Comissão Europeia em 15 de outubro de 2015, reforça os três pilares do Pacto: mitigação, adaptação e acesso a energia segura, sustentável e a um preço razoável.

As cidades signatárias comprometem-se a levar a cabo ações que apoiem a implementação da meta de redução da emissão de gases com efeito de estufa, na UE, em 40%, até 2030, e a adotar uma abordagem conjunta em matéria de mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Com vista a traduzir o seu compromisso político em medidas práticas e projetos, os signatários do Pacto deverão preparar um Inventário de Referência das Emissões e uma Avaliação de Impacto e Vulnerabilidade em matéria de Alterações Climáticas.

Comprometem-se em apresentar, no prazo de dois anos após a data da decisão do conselho local, um Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC) em que se definem as ações-chave que pretendem implementar. A estratégia de adaptação deverá ser parte do PAESC e/ou ser desenvolvida e disseminada num documento de planeamento independente - os signatários podem optar pelo formato que preferirem. Este arrojado compromisso político assinala o início de um processo de longo prazo em que as autarquias se comprometem a comunicar os progressos conseguidos a cada dois anos.

Enquanto alguns dos municípios associados se encontram em fase de acompanhamento dos PASE, aprovado pela Comissão Europeia, na sequência do compromisso formal que assumiram no âmbito do Pacto de Autarcas, outros estão na fase inicial do processo. Durante 2018, não se promoveu a adesão procurando-se avaliar as implicações e alterações necessárias aos Planos de Ação já desenvolvidos, para que todos os associados municipais possam promover a sua adesão, expectavelmente, durante o ano de 2019.

## PROJETO BUNDLEUP

O projeto BundleUp, atualmente designado de Ponto Energia, pretende agrupar projetos de acordo com as suas características específicas (investimento, tecnologia e localização geográfica), utilizando a estrutura atualmente disponível e consolidada de procedimentos de contratação, para aumentar a escala dos projetos, melhorar a bancabilidade, confiança do investidor e resultar numa implementação rápida dos projetos. Pretende-se desenvolver pelo menos 58 projetos portugueses de energia sustentável com um investimento total estimado em 49,9 milhões de euros. Esses projetos irão gerar cerca de 155 GWh / ano de poupanças de energia primária e gerar 3,1 GWh / ano de energia renovável.

Abordagens inovadoras serão implementadas em relação a modelos e fontes de financiamento e o Ponto Energia irá focar-se fortemente em projetos de eficiência energética e energias renováveis em autoconsumo. O projeto irá recorrer a instrumentos de financiamento existentes e instrumentos de financiamento inovadores, de forma a combiná-los com investidores institucionais (como fundos de investimento ou ESE), enquanto estimula a participação dos cidadãos e das comunidades locais através da utilização de *crowdfunding* e modelos de negócios cooperativos para compartilhar os benefícios do investimento em energia sustentável.

O Ponto Energia resulta de um projeto aprovado no Horizonte 2020 e a Energaia como parceira do projeto, iniciou em 2018 a implementação das ações do projeto, mais especificamente na identificação, avaliação e de harmonização de potenciais projetos a implementar, assim como na elaboração de projetos e submissão dos mesmos a financiamento no Norte 2020 - Programa Operacional Regional Norte 2020, num valor de investimento de aproximadamente de 640.000,00 €.

## **PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES RNAE**

A *RNAE – Associação das Agências de Energia e Ambiente* é uma rede de cooperação nacional constituída por agências de energia e de ambiente de âmbito municipal e regional, cujo objetivo é partilhar informação e experiências, bem como fomentar as parcerias entre agências.

A *Energaia* enquanto associada da *RNAE*, e na sequência do trabalho desenvolvido desde 2010, irá ao longo deste ano participar nas atividades desenvolvidas em temas como o Sistema Nacional de Certificação, a Iluminação Pública, a Mobilidade Elétrica e o Pacto de Autarcas. Esta participação foi ainda focalizada nos projetos já aprovados no âmbito do PPEC 2017-2018, nomeadamente das ações “PIEE IPSS - Programa Integrado de Eficiência Energética para as IPSS” e “FREGUESIAS+EFICIENTES”. Nestas ações a *Energaia* promoveu 2 ações de formação dos Coordenadores Internos de Energia (CIE) e outras 2 ações de formação dos Executivos e técnicos das Juntas de Freguesia, ambas as iniciativas decorreram nos municípios da margem sul da Área Metropolitana do Porto e da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

A *Energaia* enquanto associada da *RNAE*, e na sequência do trabalho desenvolvido desde 2010, ao longo de 2016 participou nas atividades que foram desenvolvidas em temas como o Sistema Nacional de Certificação, a Iluminação Pública, a Mobilidade Elétrica e o Pacto de Autarcas. Durante 2016, esta participação foi ainda focalizada nos projetos já aprovados, bem como na formalização de novas candidaturas ao Plano de Promoção da Eficiência no Consumo (PPEC).

Relativamente ao PPEC2017-2018 salienta-se o início da implementação das ações “PIEE IPSS - Programa Integrado de Eficiência Energética para as IPSS” e “FREGUESIAS+EFICIENTES”. O papel da *Energaia* neste âmbito engloba o apoio à implementação das ações, nomeadamente na divulgação e captação de entidades interessadas.

## MERCADO LIBERALIZADO DE ENERGIA

As tarifas reguladas de venda a clientes finais terminaram no final do ano de 2012 para a totalidade dos consumidores portugueses de eletricidade e gás natural. Os clientes que permaneceram em mercado regulado, ficaram sujeitos a um período transitório e a ser abastecidos pelo comercializador de último recurso com uma tarifa transitória fixada pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), e que está sujeita a revisão trimestral e possível agravamento dos preços aplicados.

Considerando a elevada quantidade de contratos de energia a cargo dos Municípios e das especificidades de contratação pública a que estão sujeitos, a transição para mercado liberalizado torna-se um processo mais complexo para os Municípios, comparativamente à maioria das organizações. A quantificação dos consumos nos vários contratos e as diferentes características de cada contrato aumentam a complexidade na quantificação dos custos com as diferentes tarifas, taxas e impostos. Esta tarefa é consideravelmente simplificada com a utilização de um processo de quantificação automatizado, como aquele disponibilizado pelo Observatório de Sustentabilidade, e desenvolvido pela *Energaia* para os seus Municípios associados.

A contribuição da *Energaia* neste tema tem englobado o apoio na elaboração de procedimentos concursais de aquisição de energia em mercado liberalizado, que incluam informação precisa sobre os históricos de consumos e um conjunto de critérios técnicos importantes para a obtenção de condições comerciais economicamente favoráveis e com disponibilização de informação útil para realizar uma correta gestão de energia.

Em 2018, a *Energaia* continuou o apoio prestado aos Municípios associados, na elaboração dos procedimentos concursais, nomeadamente na atualização e no aperfeiçoamento de métodos e aplicações de tratamento da informação sobre os consumos de energia.

A *Energaia*, através de prestação de serviços, concretizou ainda o apoio técnico ao Município de Arouca e de São João da Madeira no desenvolvimento, avaliação e implementação de Procedimento Concursal de Contratação de Energia em Mercado Liberalizado.

## COMPENSAÇÃO DO FATOR DE POTÊNCIA

Quando existe consumo de energia elétrica numa instalação, essa mesma energia elétrica pode ser dividida em dois tipos: a energia ativa, que é consumida em todos os equipamentos elétricos para realizarem a sua função (útil), e a energia reativa, que é consumida em alguns equipamentos na produção de campos magnéticos necessários ao seu funcionamento (não útil). O consumo de energia reativa não pode ser anulado, mas o seu consumo pode ser minimizado e o pagamento desta componente na fatura pode ser evitado com a adoção de algumas medidas, entre as quais se encontra a instalação de baterias de condensadores e adaptações nos equipamentos existentes.

No seguimento dos estudos realizados em anos anteriores, em 2018, foram iniciados novos estudos diagnósticos que resultaram na identificação de instalações com baixo fator de potência e com custos associados ao consumo de energia reativa. Uma previsão inicial apontava para potenciais de poupança a rondar os 30 000,00 €/ano.

No seguimento da apresentação e aprovação, em 2016, de 8 candidaturas ao Aviso 18 – Redução de Consumos de Energia Reativa no Estado 2015 do FEE - Fundo de Eficiência Energética, com um financiamento total de 14.013,88 €, a Energaia continuou a apoiar os Municípios no acompanhamento das explorações das soluções de baterias de condensadores aprovadas e implementadas, com o objetivo de garantir as poupanças identificadas em estudo, que rondavam uma poupança anual de 9.315,86 €. Foi prestado apoio aos Municípios no acompanhamento dos processos de pedido de pagamento e avaliação dos Relatórios Finais de Operação (RFO), por parte do PNAEE.



## PRODUÇÃO DESCENTRALIZADA DE ENERGIA ELÉTRICA

Com a definição de um novo regime de produção descentralizada de energia elétrica, através da publicação do Decreto-Lei nº 153/2014, vai ser possível produzir energia em regime de autoconsumo, em que a produção destina-se predominantemente a consumo na instalação associada à unidade de produção, com possibilidade de ligação à rede (RESP) para a venda, a preço de mercado, da eletricidade não autoconsumida. Será igualmente possível produzir energia elétrica em regime de pequena produção, em que o produtor poderá vender a totalidade de energia produzida, com uma tarifa atribuída com base num modelo de licitação, no âmbito do qual os concorrentes oferecem descontos à tarifa de referência.

Considerando o elevado potencial económico e ambiental para os Municípios com a produção descentralizada de energia nos vários edifícios e infraestruturas municipais, e tendo em conta o contributo potencial para atingir os objetivos do Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis, a Energaia pretende avaliar potenciais oportunidades de implementação de sistemas com recurso a energias renováveis, que revelem ser investimentos rentáveis e permitam um aumento da produção de energia limpa.

O desenvolvimento dos trabalhos do projeto Porto Solar em 2018, pretendem contribuir significativamente para o aumento da produção descentralizada de energia elétrica no território de abrangência, com a definição de objetivos ambiciosos.

## FORMAÇÃO EM GESTÃO ENERGÉTICA

No âmbito do processo de alargamento da sua abrangência territorial aos Municípios a Sul do Douro pertencentes à Área Metropolitana do Porto, a Energaia entre 2012 e 2015 promoveu um ciclo de diversas formações destacando-se os sistemas de Gestão de Energia, Auditorias Energéticas e Eficiência energética em sistemas de bombagem.

Dada a relevância e sucesso desta atividade, em 2018 foram avaliados os temas e potenciais sinergias com outros programas no sentido de reiniciar o ciclo de formações, ação centrada nos associados municipais, cujo objetivo é o de promover ações de sensibilização de atores chave, numa vertente mais técnica e de motivação para quadros técnicos.

Em 2018, a Energaia promoveu 4 ações de formação relacionadas com os temas da eficiência energética em IPSS e Juntas de Freguesia, no âmbito dos projetos PPEC “PIEE IPSS - Programa Integrado de Eficiência Energética para as IPSS” e “FREGUESIAS+EFICIENTES”, contando com a participação de várias IPSS e Juntas de Freguesia dos territórios dos municípios da margem sul da Área Metropolitana do Porto e da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

## PORTUGAL 2020/ NORTE 2020

O Portugal 2020 trata-se do Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP - no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Integrado no Acordo de Parceria Portugal 2020 está o NORTE 2020, que é um instrumento financeiro de apoio ao desenvolvimento regional do Norte de Portugal, gerido pela CCDR-N, que aplicará durante os próximos anos 3,4 mil milhões de Euros de verbas comunitárias.

No seguimento dos instrumentos financeiros referidos e dos avisos de candidatura que foram disponibilizados, cujos beneficiários foram a administração local, como forma de continuar a ser um parceiro estratégico, a Energaia apoiou os Municípios associados no desenvolvimento dos processos de candidatura, em áreas relacionadas com a sua atividade.

Durante 2018, a Energaia apoiou os seus associados na preparação de candidaturas nomeadamente ao aviso NORTE-03-2017-42 – “Eficiência Energética nas infraestruturas Públicas da Administração Local”, nomeadamente:

Município	Redução Esperada [€/ano]	Investimento Total [€]	FEDER [€]
Arouca	83 377	382 836,45 €	303 946,49 €
Espinho	88 672	460 408,63 €	373 267,99 €
Vila Nova de Gaia	899 752	3 363 385,33 €	3 124 783,12 €
Oliveira de Azeméis	56 553	184 060,20 €	152 311,51 €
Oliveira de Azeméis	32 160	253 685,21 €	211 562,26 €
Oliveira de Azeméis	46 174	189 788,24 €	171 840,89 €
Oliveira de Azeméis	38 832	343 948,63 €	104 172,65 €
São João da Madeira	23 190	258 195,50 €	245 290,14 €
Vale de Cambra	52 396	316 632,72 €	293 813,06 €
<b>TOTAL</b>	<b>1 321 107</b>	<b>5 752 940,91 €</b>	<b>4 980 988,11 €</b>

\*Investimento Total contabiliza IVA

No seguimento do contrato com a Área Metropolitana do Porto, durante 2018 a Energaia promoveu a avaliação de candidaturas submetidas ao aviso NORTE-03-2017-42.

## PORTO SOLAR

O projeto Porto Solar tem como objetivo principal a implementação, nos edifícios públicos dos Municípios que constituem a Área Metropolitana do Porto, de soluções de produção de energia elétrica de fonte solar fotovoltaica, sistemas de carregamento de veículos elétricos e soluções de armazenamento da energia produzida pelos sistemas fotovoltaicos.

A componente principal do projeto é o estudo do potencial solar fotovoltaico nos edifícios públicos dos Municípios, com exposição solar adequada, passíveis de acolher sistemas de produção de energia elétrica de fonte solar com recurso a painéis fotovoltaicos, que possam ser enquadrados no regime jurídico de Autoconsumo, conforme o Decreto-Lei nº 153/2014, de 20 de outubro.

As soluções de armazenamento de energia produzida pelos painéis solares fotovoltaicos serão, igualmente, estudadas no projeto. Estas soluções, apesar de ainda não terem atingido uma maturidade comercial, e a sua aplicação poder não constituir uma solução viável no imediato, serão estudadas como uma alternativa de futuro promissora no aproveitamento da energia produzida, em períodos de excedente de produção fotovoltaica ou quando a tarifa da rede elétrica for mais baixa, possibilitando assim a utilização de energia mais barata ou gratuita nos períodos de maior utilização, como por exemplo à noite, como acontece em algumas infraestruturas desportivas.

Este projeto pretende contribuir ativamente para este requisito aplicável aos edifícios públicos municipais, englobando, igualmente, a preocupação de disponibilização de pontos de carregamento de veículos elétricos, em edifícios onde estejam instalados os sistemas de produção de energia elétrica de fonte solar fotovoltaica, permitindo o carregamento de veículos elétricos das frotas municipais com energia limpa.

Em 2018, foram identificados vários edifícios dos Municípios da Área Metropolitana do Porto e elaborados estudos de avaliação do potencial de produção de energia com painéis fotovoltaicos, tendo em conta as características dos referidos edifícios, de forma a atingir o objetivo de investimento de 5.000.000,00 €, que permitam a geração de aproximadamente 7,5 GWh/ano de energia renovável, com uma respetiva redução do impacto ambiental a rondar as 2700 toneladas de CO<sub>2</sub>e /ano.

## CONTEST

O projeto CONTEST - Agregação de consumidores para promover a participação ativa e a definição de tarifas na transação e prestação de serviços energéticos foca-se em fornecer soluções eficazes para permitir a proliferação de recursos distribuídos de energia, nomeadamente os recursos baseados em fontes renováveis, programas de gestão ativa da carga, e sistemas de armazenamento, contribuindo sobretudo para melhorar a eficiência e a sustentabilidade energética e económica.

O principal objetivo é levar a cabo atividades de investigação aplicada e desenvolvimento de tecnologias, que serão a base da implementação de sistemas de energia transativos, através da integração de mercados de energia locais, na estrutura já existente. Os avanços tecnológicos das redes de energia inteligentes são usados como ponto de partida para promover a criação de comunidades de energia locais orientadas para o mercado. Esta abordagem abrange as oportunidades e o processo necessário para lucrar, dos recursos existentes através de mecanismos e serviços de mercado sustentáveis. Isso inclui a clara identificação das oportunidades de mercado; a delimitação de modelos de negócio que beneficiem dessas oportunidades; e o desenvolvimento de soluções tecnológicas capazes de suportar esses modelos de negócio.

O conceito envolve a existência de diversas entidades, com diferentes responsabilidades e relações mútuas governadas por elos contratuais. É usado extensivamente o conceito de agregação como motor para permitir fins que são virtualmente impossíveis de atingir individualmente. A agregação é usada como benefício da diversidade heterogénea, assim como da semelhança dos recursos agregados e das entidades; e para permitir o acesso a produtos e serviços de alto valor acrescentado. No âmbito do CONTEST, os agregadores são os elos principais entre as comunidades locais de energia e o mercado de energia grossista, através das relações necessárias que permitem aos pequenos recursos de energia aceder indiretamente ao mercado grossista de energia. O desenvolvimento de modelos de agregação são um ponto crucial neste projeto, e dessa forma, técnicas de inteligência artificial e mineração de dados são usadas.

Em 2018, a Energaia contribuiu para este projeto com a sua experiência importante como agência de energia na gestão de energia aplicada a edifícios e outras infraestruturas públicas, na identificação, desenvolvimento e aplicação dos modelos que melhor se aplicam à realidade dos municípios, assim como na caracterização dos perfis consumidores dos municípios.

## PROMOÇÃO E COMUNICAÇÃO

Em linha com a estratégia definida da potenciação de uma maior proximidade da agência com o cidadão do seu território de intervenção, em 2018 a Energaia reforçou a sua presença nas diversas plataformas digitais, com vista a uma mais efetiva divulgação das suas atividades, mas também de uma relação mais eficiente com os seus principais *stakeholders*.

Com estes objetivos o renovado website da Energaia terá um papel de relevo, com a criação de espaços reservados, não só para partilha de material de projetos com os associados, mas também para a disponibilização de material de interesse geral, sujeito a registo do cidadão.

Espera-se que esta plataforma potencie não só o maior reconhecimento geral das atividades desenvolvidas por parte dos associados, mas também do cidadão em comum, permitindo assim também uma aferição mais eficaz da eficiência das medidas desenvolvidas. Esta análise de eficiência terá por base a utilização de ferramentas analíticas de análise de tráfego, o que permitirá por sua vez a reformulação das estratégias de marketing e comunicação da organização, a pôr em prática nas restantes plataformas digitais.

## PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

A gestão de energia, quer no setor público quer no setor privado, é essencial para mitigar a pressão ambiental associada à utilização de energia, em particular através da redução das emissões de gases de efeito de estufa. Adicionalmente, o Governo Português tem vindo a legislar um conjunto alargado de diplomas com o objetivo de promover uma utilização mais eficiente da energia, através do aumento da eficiência energética e do aumento na utilização de energias renováveis, como são exemplo o SCE – Sistema de Certificação Energética de Edifícios (Decreto-Lei nº 118/2013 e demais legislação relacionada), o SGCIE - Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (Decreto-Lei nº 71/2008, de 15 de abril), ou ainda os regimes de produção de energia em autoconsumo e pequena produção (Decreto-Lei nº 153/2014, de 20 de outubro).

Ainda neste contexto, o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 20/2013, refere na área das medidas a desenvolver pelo Estado, o Programa de Certificação Energética de Edifícios do Estado, assim, julga-se prioritário no curto prazo a certificação energética do parque de edifícios municipais, o que poderá potenciar a futura intervenção da agência no sentido de promover projetos, identificados nestes processos, que possam ser criadores de valor para os municípios.

Assim sendo, no ano de 2018 a Energaia deu resposta a diversas solicitações de propostas para prestação de serviços na área da certificação energética de edifícios e auditorias energéticas, tendo-se concretizado a Auditoria Energética à ETAR Gaia Litoral e a certificação energética do Fórum de Arte e Cultura de Espinho (FACE).

## PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

A aquisição e desenvolvimento de novas competências e conhecimento nos domínios da Energia e Ambiente têm sido uma constante na estratégia da Energaia. Desta forma, a Agência tem orientado a sua estratégia no sentido de intervir e cooperar em projetos com impacto, vocacionados para o desenvolvimento e competitividade territorial. Estrategicamente, a Energaia sempre estudou novas oportunidades de parceria e cooperação com outras entidades públicas e privadas bem como formas alternativas de financiamento, nomeadamente, projetos que contemplem candidaturas a fundos comunitários.

Conscientes do desafio acrescido, resultante do alargamento da sua abrangência territorial, a Energaia continuou durante o ano de 2018, a procurar parcerias e oportunidades de participação em projetos inovadores no âmbito do Ambiente e Energia.

Em termos de financiamento, e à semelhança do que tem vindo a ser feito, procurar-se-á enquadrar projetos em linhas de financiamento do Programa Horizonte 2020, Portugal 2020, Interreg, Espaço Atlântico, bem como através de outros mecanismos e programas de financiamento que possam surgir e que possam dar continuidade à cooperação transnacional, no sentido de aprofundar a pesquisa e desenvolvimento de soluções inovadoras que contribuam para sustentabilidade territorial, quer pela implementação em projetos eventualmente a aprovar, quer na pesquisa ativa de novas parcerias de colaboração em outras oportunidades.

No seguimento da apresentação em 2016, de 6 candidaturas ao Aviso 21 – Administração Pública Eficiente do FEE - Fundo de Eficiência Energética, em 2018 foi prestado o apoio aos Municípios na implementação das medidas de eficiência aprovadas, que estimavam na sua totalidade uma redução anual de 177.559 kWh de energia, reduzir custos num valor de 31.514,82 € e evitar a emissão de 53.657 kgCO<sub>2</sub>e.

De forma a continuar a ser um parceiro estratégico para os Municípios associados, a Energaia continuou a apoiar a formação contínua da sua equipa de recursos humanos em áreas relacionadas com a sua atividade.



## ATIVIDADES NÃO PREVISTAS EM PLANO DE ATIVIDADES

No ano de 2018 foram desenvolvidas as seguintes atividades não previstas em sede de Plano de Atividades:

- O Município de Espinho possui duas instalações escolares com sistemas fotovoltaicos, estando estes desativados. Em 2017, a Energaiia iniciou o processo de apoio ao enquadramento legal e respetiva ligação dos dois sistemas, tendo-se continuado o apoio em 2018, dada a não conclusão burocrática do processo em 2017.
- Participação da Energaiia como *stakeholder* no projeto LOCARBO, do programa Interreg Europe, que o Município de Vila Nova de Gaia integra em parceria com um conjunto de seis outros municípios e entidades europeias, participando nos LOCAL LIVING LAB, evento Inter-Regional e *Mid-term Event*.
- Início de colaboração com o IPP para realização de estudos que têm como objetivo a identificação de medidas de eficiência energética e implementação de tecnologias de produção de energia de fonte renovável nos edifícios do IPP.
- Apoio aos Municípios e AMP, no âmbito dos contratos de concessão da Redes de distribuição de eletricidade em baixa tensão (RDBT), através de contributos para a resposta conjunta da Energaiia, AdEPorto e AMP à Audição Pública relativa à Consulta Pública da ERSE, parecer sobre os valores do imobilizado apresentados pela ERSE e estudos técnicos sobre as modalidades de exploração das RDBT da AMP.
- Apoio ao Município de São João da Madeira no seguimento do processo de exploração direta das Redes de distribuição de eletricidade em baixa tensão (RDBT), através da elaboração de um parecer técnico-económico sobre a estimativa da faturação com a exploração direta da RDBT.
- Apoio ao Município de Oliveira de Azeméis na avaliação de viabilidade técnica / económica de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável em infraestruturas municipais.
- Apoio ao Município de Espinho na elaboração de um estudo de eficiência energética para iluminação interior e exterior dos Paços de Concelho de Espinho, identificando um potencial de redução de energia em 23.520 kWh/ano, proveitos anuais de 4.051,75 €/ano e uma redução de emissões de 8.467 kgCO<sub>2e</sub>/ano.

- Colaboração da ENERGAIA com a ADENE na organização do Seminário “O futuro de etiquetagem na eficiência energética e ambiental dos edifícios em Vila Nova de Gaia”, no dia 21/05/2018.
- Participação da Energaia em consórcio de candidatura ao SUDOE com o projeto ENERCIVIS: comprometer os cidadãos na transição energética, com os objetivos de facilitar a adoção gradual dos diferentes níveis de compromisso "prosumidor" pelos consumidores, realizar experiências piloto para entender melhor as motivações e os obstáculos, assim como transferir as boas práticas identificadas em cada região e criar ferramentas para divulgar as soluções para outros espaços SUDOE.

## ATIVIDADES PREVISTAS MAS NÃO CONCRETIZADAS

Todas as atividades presentes do Plano de Atividades da *Energaia* para o ano de 2018 foram concretizadas.

## ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A informação legalmente exigível faz parte integrante do anexo, porém, apresentamos informação complementar, a qual permite uma melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação e resultam da atividade desenvolvida, no âmbito do plano de atividades e orçamento aprovados.

### RENDIMENTOS

As rubricas com maior realce são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os rendimentos obtidos, no ano de 2018, um total de 235 603 euros:

Rubricas	2017			2018		
	Real	Orçamento	Desvio	Real	Orçamento	Desvio
72 Prestações de serviços	205 457	200 000	5 457	211 892	200 000	11 892
75 Subsídios, doações e legados à exploração	0		0	21 256		21 256
78 Outros rendimentos	379		379	2 454		2 454
<b>Total</b>	<b>205 836</b>	<b>200 000</b>	<b>5 836</b>	<b>235 603</b>	<b>200 000</b>	<b>35 603</b>

Os rendimentos de 2018, comparativamente a 2017, registaram uma variação de +29.767 euros, o que representa um aumento de 14,46%. Em relação aos valores orçamentados, os rendimentos apresentam uma variação positiva de 17,80% (35.603 euros). Constatamos que a execução excedeu também os valores atingidos no exercício anterior, por força do aumento das prestações de serviços e ainda pelos subsídios obtidos, como se poderá constatar, mais em pormenor, no quadro abaixo.

Rubricas	2017	2018	Varição
722 Quotizações e jóias	197 307	198 187	0,45%
725 Outras prestações de serviços	8 150	13 705	68,16%
75 Subsídios, doações e legados à exploração	0	21 256	
78 Outros rendimentos	379	2 454	547,62%
<b>Total</b>	<b>205 836</b>	<b>235 603</b>	<b>14,46%</b>

A rubrica Prestação de Serviços reflete as quotizações aos associados, no montante de 52.447 euros, bem como as quotizações extraordinárias, aprovadas no âmbito do orçamento 2018/2021 e debitadas aos municípios associados, no total de 145.740 euros.

Engloba, ainda, prestações de serviços no montante de 13.705 euros, que contribuiu, de forma positiva, para o desvio verificado.

Os subsídios foram obtidos de “outras entidades”, no âmbito do FEDER e Apoio H2020, relativos a projetos em curso.

O quadro seguinte apresenta o peso de cada uma das rubricas em relação ao total dos rendimentos dos exercícios de 2017 e 2018.

Rubricas	2017	2018
72 Prestações de serviços	99,82%	89,94%
75 Subsídios, doações e legados à exploração	0,00%	9,02%
78 Outros rendimentos	0,18%	1,04%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

## GASTOS

As rubricas de maior relevo são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os gastos, no período em análise, um total de 203.550 euros:

Rubricas	2017			2018		
	Real	Orçamento	Desvio	Real	Orçamento	Desvio
62 Fornecimentos e serviços externos	53 736	75 631	-21 895	78 529	75 631	2 898
63 Gastos com pessoal	119 505	124 369	-4 864	120 721	124 369	-3 648
64 Gastos de depreciação e de amortização	1 268		1 268	1 180		1 180
68 Outros gastos	4 527		4 527	3 120		3 120
<b>Total</b>	<b>179 037</b>	<b>200 000</b>	<b>-20 963</b>	<b>203 550</b>	<b>200 000</b>	<b>3 550</b>

Da análise que se constata deste quadro e da sua execução orçamental, conclui-se que o desvio verificado não é muito expressivo e o que mesmo resulta de ajustamentos pontuais que foi necessário efetuar em diversas rubricas.

Atendendo aos factos, a execução orçamental apresenta um desvio negativo de 1,78%.

No quadro seguinte, apresenta-se uma análise relativa ao peso de cada uma das rubricas no total dos gastos, no que respeita a 2017 e ao período em apreciação:

<b>Rubricas</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
62 Fornecimentos e serviços externos	30,01%	38,58%
63 Gastos com pessoal	66,75%	59,31%
64 Gastos de depreciação e de amortização	0,71%	0,58%
68 Outros gastos	2,53%	1,53%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Constatamos que as duas grandes rubricas de gastos continuam a ser os fornecimentos e serviços externos e os gastos com o pessoal.

O recurso aos fornecimentos e serviços externos representou 38 por cento dos gastos ocorridos no período em análise, sendo que as rubricas com maior peso neste período são as relativas a “Trabalhos especializados” e “Rendas”.

Perante estes valores, fica-nos o resultado antes de impostos, no valor de 32.051 euros. Assim, após o registo da estimativa do IRC a pagar (tributações autónomas), no total de 9 euros, apurou-se um lucro de 32.042 euros, verificando-se, assim, um aumento face ao exercício anterior, que se situou nos 26.782 euros, e que está em conformidade com o desempenho orçamental referido anteriormente.

Face ao desempenho acima divulgado, em termos de rácios de particular relevância económica e financeira, a Energaia apresenta uma autonomia financeira de 73 por cento e uma liquidez geral de 3,7.

## **FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO**

Não ocorreram acontecimentos após o termo do exercício que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

## **EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE**

No ano de 2019 será dada a continuação dos objetivos estratégicos que se definiram para o quadriénio 2018-2021, objetivos esses plenos de sentido em função das prioridades dos territórios, assim como dos conteúdos programáticos dos programas de financiamento estruturais que são públicos.

Nesse mesmo sentido, é expectável que a agência dê continuidade à prioridade das atividades de suporte aos municípios, que se têm revelado altamente geradoras de valor.

## **DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

Nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei 534/80, de 7/11, informa-se que não existem dívidas vencidas para com o Estado.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, informa-se que não existem dívidas perante a Segurança Social.

Não existem dívidas vencidas para com os trabalhadores.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício foi positivo de 32.042,62 € (Trinta e Dois Mil Quarenta e Dois Euros e Sessenta e Dois Cêntimos), o qual se propõe seja levado à conta de resultados transitados.

Vila Nova de Gaia, 3 de abril de 2019

### O Conselho de Administração

---

Presidente do Conselho de Administração  
Joaquim Borges Gouveia – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

---

Vice-Presidente do Conselho de Administração  
Vítor Marques – Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

---

Vogal do Conselho de Administração  
Vicente Pinto – Câmara Municipal de Espinho

---

Tesoureiro do Conselho de Administração  
António Santos Ferreira – EDP Distribuição

---

Secretário do Conselho de Administração  
Luís Silva – ADENE – Agência para a Energia



# CONTAS

# 2018

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RUBRICAS	NOTAS	Valores em Euros	
		31/dez/18	31/dez/17
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	<b>4</b>	3 785,54	1 913,23
Investimentos financeiros	<b>10.8</b>	13,60	0,00
		3 799,14	1 913,23
<b>Ativo corrente</b>			
Créditos a receber	<b>7 / 10.2</b>	68 471,31	12 203,72
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/mem	<b>10.1</b>	9 673,69	31 332,25
Diferimentos	<b>13.1</b>	579,16	3 151,53
Caixa e depósitos bancários	<b>10.3</b>	287 448,19	224 673,59
		366 172,35	271 361,09
<b>Total do ativo</b>		369 971,49	273 274,32
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	<b>10.4</b>	191 240,00	191 240,00
Reservas	<b>10.4</b>	875 752,32	875 752,32
Resultados transitados	<b>10.4</b>	-827 262,68	-854 044,93
Resultado líquido do período		32 042,62	26 782,25
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		271 772,26	239 729,64
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	<b>10.5</b>	4 276,94	9 449,40
Estado e outros entes públicos	<b>13.2</b>	5 581,93	3 928,08
Financiamentos obtidos	<b>10.7</b>	236,02	741,90
Diferimentos	<b>13.1</b>	67 359,44	0,00
Outros passivos correntes	<b>10.6</b>	20 744,90	19 425,30
		98 199,23	33 544,68
<b>Total do passivo</b>		98 199,23	33 544,68
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		369 971,49	273 274,32

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	<b>6/10.1</b>	211 892,30	205 456,93
Subsídios, doações e legados à exploração	<b>7</b>	21 256,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	<b>11/13.3</b>	-78 528,85	-53 736,21
Gastos com o pessoal	<b>9</b>	-120 721,35	-119 505,26
Outros rendimentos	<b>13.4</b>	2 454,49	378,84
Outros gastos	<b>13.5</b>	-3 120,71	-4 527,04
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		33 231,88	28 067,26
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	<b>4/5</b>	-1 180,10	-1 268,20
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		32 051,78	26 799,06
Resultado antes de impostos		32 051,78	26 799,06
Imposto sobre o rendimento do período	<b>8</b>	-9,16	-16,81
Resultado líquido do período		32 042,62	26 782,25

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
<b><u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u></b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		231 969,73	207 555,68
Pagamentos a Fornecedores		-82 226,31	-55 335,20
Pagamentos ao Pessoal		-121 419,30	-118 583,38
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>28 324,12</b>	<b>33 637,10</b>
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		-16,81	62,23
Outros recebimentos/pagamentos		38 054,20	-5 020,41
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>66 361,51</b>	<b>28 678,92</b>
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u></b>			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		3 067,43	904,72
Investimentos financeiros		13,60	0,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>-3 081,03</b>	<b>-904,72</b>
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u></b>			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos		236,02	741,90
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		741,90	77,95
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>-505,88</b>	<b>663,95</b>
<b>Varição de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>62 774,60</b>	<b>28 438,15</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>10.3</b>	<b>224 673,59</b>	<b>196 235,44</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>10.3</b>	<b>287 448,19</b>	<b>224 673,59</b>

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Valores em euros

### 1. Identificação da entidade

#### 1.1. Denominação da entidade

ENERGAIA – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto – NIF 504454536

#### 1.2. Sede

Avenida Manuel Violas, n.º 476 - 23

4410-136 São Félix da Marinha

#### 1.3. Natureza da atividade:

A ENERGAIA – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto é uma pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, com área de intervenção ao nível do Sul da Área Metropolitana do Porto, focalizada na criação e dinamização de ações nas áreas da energia e informação.

A ENERGAIA surgiu no seguimento da aprovação de uma candidatura submetida à CCDR-N, no âmbito do concurso para a Promoção e Desenvolvimento da Rede Territorial de Agências de Energia, vindo, desta forma, dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela ENERGAIA como Agência Municipal de Energia de Gaia, constituída em 1999.

A ENERGAIA foi criada, nesse ano, por iniciativa da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, ao abrigo de um contrato com o Programa SAVE II da Comissão Europeia, que apoiava a criação e o funcionamento deste tipo de organizações durante três anos. No âmbito desse acordo, a ENERGAIA teve como parceiros de contrato as Agências de Vercelli (Itália) e Valência (Espanha).

Durante a primeira década de existência, a ENERGAIA focou a sua atividade no Município de Gaia, tendo contribuído para o seu desenvolvimento sustentável através de projetos e políticas na área da Utilização Racional de Energia e Sustentabilidade.

Com o alargamento territorial a seis Municípios: Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Espinho, São João da Madeira e Vale de Cambra, a ENERGAIA enfrenta um novo desafio, o de contribuir para a sustentabilidade e competitividade dos territórios, aumentando assim a qualidade de vida dos seus cidadãos.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### 2.1. Indicação do referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL) do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, sendo a moeda de apresentação o Euro, com arredondamento ao cêntimo.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, há recurso, supletivamente e pela ordem indicada, às:

- a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

#### 2.2. Derrogação das disposições da NCRF-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF-ESNL.

#### 2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2018 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

### **3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

#### **3.1. Principais políticas contabilísticas**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### *Continuidade*

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### *Regime do Acréscimo (periodização económica)*

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

#### *Consistência de Apresentação*

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### *Materialidade e Agregação*

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### *Compensação*

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### *Informação Comparativa*

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### *Ativos fixos tangíveis*

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de



desmantelamento e remoção dos ativos e de restauro dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual, quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### *Ativos intangíveis*

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e que permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### *Locações*

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

### *Instrumentos financeiros*

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com exceção de:

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resultar numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado de:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

i) Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros, que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

ii) Créditos a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registados pelo seu custo, estando deduzidos, no Balanço, das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem, de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

iii) Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros, cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato, a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontram em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

### iv) Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### v) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas ao seu custo.

### vi) Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar à liquidação, cancelamento ou expiração.

#### *Custos de empréstimos obtidos*

Os custos de empréstimos obtidos incluem os juros e os encargos financeiros dos descobertos bancários e dos empréstimos obtidos a curto prazo. Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro nominal, dado que a diferença de valor, se calculados com base na taxa de juro efetiva, não reveste relevância material, e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

#### *Fundos Patrimoniais*

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### *Provisões, Ativos e Passivos Contingentes*

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e que devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que haja a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### *Impostos sobre o rendimento*

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

A matéria coletável das pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola é determinada nos termos dos artigos 53º e 54º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

À matéria coletável determinada, é aplicada a taxa de 21% nos termos do n.º 5 do art.º 87, acrescendo, ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias,

os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### *Rédito*

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber, com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato possa ser valorizada com fiabilidade.

### *Subsídios*

Os “subsídios à exploração” são reconhecidos na demonstração de resultados quando ocorrem os correspondentes gastos e quando existem garantias seguras do seu recebimento.

### *Benefícios dos empregados*

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

### *Julgamentos e estimativas*

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes.

### 3.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## 4. Ativos fixos tangíveis

Os “ativos fixos tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, as quais se situam nos intervalos definidos no Decreto - Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro, o qual estabelece as taxas de depreciação aceites para efeitos fiscais.

As taxas atualmente aplicadas aos “ativos fixos tangíveis” refletem a vida útil esperada dos bens, segundo a seguinte tabela:

<b>Período de vida útil esperada dos bens</b>	<b>Número de anos</b>
Equipamento básico	5 a 15
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10

Existem, para além das vidas úteis mencionadas, bens depreciados a 100%, de acordo com o Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos no valor dos “ativos fixos tangíveis”, bem como nas respectivas depreciações, foram os seguintes:

Rubricas	Equipamento		Outros ativos fixos tangíveis	Total
	Básico	Administrativo		
Quantia escriturada bruta inicial:				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.675.311,32	91.596,31	1.849,80	2.768.757,43
Adições		896,17		896,17
Transferências				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.675.311,32</b>	<b>92.492,48</b>	<b>1.849,80</b>	<b>2.769.653,60</b>
Depreciações acumuladas:				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.675.311,32	89.311,05	1.849,80	2.766.472,17
Depreciações do exercício		1.268,20		1.268,20
Transferências				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.675.311,32</b>	<b>90.579,25</b>	<b>1.849,80</b>	<b>2.767.740,37</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>1.913,23</b>	<b>0,00</b>	<b>1.913,23</b>

Rubricas	Equipamento		Outros ativos fixos tangíveis	Total
	Básico	Administrativo		
Quantia escriturada bruta inicial:				
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.675.311,32	92.492,48	1.849,80	2.769.653,60
Adições	1.865,11	1.014,41	172,89	3.052,41
Transferências				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.677.176,43</b>	<b>93.506,89</b>	<b>2.022,69</b>	<b>2.772.706,01</b>
Depreciações acumuladas:				
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.675.311,32	90.579,25	1.849,80	2.767.740,37
Depreciações do exercício	77,71	1.069,97	32,42	1.180,10
Transferências				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.675.389,03</b>	<b>91.649,22</b>	<b>1.882,22</b>	<b>2.768.920,47</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>1.787,40</b>	<b>1.857,67</b>	<b>140,47</b>	<b>3.785,54</b>

A gestão dos ativos afetos ao projeto Gaia Global foi transferida para a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, ao abrigo do acordo de cessão de exploração celebrado entre esta Câmara e a Energaia, em 24 de outubro de 2007.



## 5. Ativos intangíveis

### *Outros ativos intangíveis*

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Rubricas	Outros ativos intangíveis Programas de computador	Total
Quantia escriturada bruta inicial:		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	12.388,30	12.388,30
Adições		
Transferências		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>12.388,30</b>	<b>12.388,30</b>
Amortizações acumuladas:		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	12.388,30	12.388,30
Amortizações do exercício		
Transferências		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>12.388,30</b>	<b>12.388,30</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Rubricas	Outros ativos intangíveis	Total
	Programas de computador	
Quantia escriturada bruta inicial:		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.388,30	12.388,30
Adições		
Transferências		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>12.388,30</b>	<b>12.388,30</b>
Amortizações acumuladas:		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.388,30	12.388,30
Amortizações do exercício		
Transferências		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>12.388,30</b>	<b>12.388,30</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 6. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber, com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato possa ser valorizada com fiabilidade.

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Rubricas	2018	2017
Prestação de serviços		
Quotizações e joias	198.187,30	197.306,93
Outras prestações de serviços	13.705,00	8.150,00
<b>Totais</b>	<b>211.892,30</b>	<b>205.456,93</b>

## 7. Subsídios e outros apoios das entidades publicas

Os “subsídios à exploração” são reconhecidos na demonstração de resultados quando ocorrem os correspondentes gastos e quando existem garantias seguras do seu recebimento.

Os subsídios obtidos são de “outras entidades”, no âmbito do FEDER e Apoio H2020, conforme se apresenta:

Descrição	Natureza	31.12.2018			
		Capitais próprios	Ativo	Demonstração dos resultados	
				Conta 75	Conta 78
FEDER - CONTEST	Não reembolsável		6.722,17	-5.070,00	-1.168,00
Apoio H2020	Não reembolsável		45.031,25	-16.186,00	0,00
<b>Subsídio à exploração</b>			<b>51.753,42</b>	<b>-21.256,00</b>	<b>-1.168,00</b>

## 8. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é determinado com base na matéria coletável, que se obtém pela dedução ao rendimento global dos montantes correspondentes aos custos comuns e outros custos imputáveis aos rendimentos sujeitos a imposto e não isentos e dos benefícios fiscais que consistam em deduções àquele rendimento.

De referir que são englobados na matéria coletável os rendimentos de capitais, prediais e as mais-valias, assim como outro tipo de rendimentos não específicos. A taxa de impostos sobre lucros é de 21%.

<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Tributação Autónoma	9,16	16,81
<b>Total</b>	<b>9,16</b>	<b>16,81</b>

### **9. Benefícios dos empregados**

O número médio de colaboradores ativos no corrente exercício foi de 4 (2017: 4). Em 31 de Dezembro de 2018, o número de colaboradores era de 4 (2017: 4), incluindo o administrado delegado, e o número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foi, respetivamente “1” e “1”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários e órgãos diretivos foram os seguintes:

<b>Rubricas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Remunerações dos órgãos diretivos	43.374,00	43.357,52
Remunerações do pessoal	53.952,26	53.518,13
Encargos sobre remunerações	20.629,10	20.480,99
Seguros de acid. no trab. e doenças prof.	1.542,48	1.447,48
Gastos de ação social	180,90	0,00
Outros gastos com o pessoal	1.042,61	701,14
<b>Total</b>	<b>120.721,35</b>	<b>119.505,26</b>

Os “outros gastos com o pessoal” englobam, nomeadamente, gastos com formação profissional, no valor de 877,32 € (2017: 701,14 €).

## 10. Instrumentos financeiros

### 10.1. Associados

O património associativo nominal da ENERGAIA é constituído por cento e cinquenta mil unidades de participação, correspondendo a cada unidade de participação o valor de 1,00 €. Os associados são municípios e associados não municipais, sendo que, segundo os estatutos da entidade, os municípios associados possuem uma percentagem do património associativo nominal equivalente a oitenta por cento das unidades de participação.

Em 2012, foram criados novos estatutos da entidade, tendo sido iniciado, nesse exercício, o processo de subscrição do património associativo, que visa ficar representado conforme se segue:

<b>Associados</b>	<b>Unidades de Participação</b>	<b>%</b>
Município de Vila Nova de Gaia	55.200,00	36,80%
Município de Santa Maria da Feira	30.000,00	20,00%
Município de Oliveira de Azeméis	13.200,00	8,80%
Município de São João da Madeira	7.200,00	4,80%
Município de Vale de Cambra	7.200,00	4,80%
Município de Espinho	7.200,00	4,80%
Associados não municipais	30.000,00	20,00%
<b>Total</b>	<b>150.000,00</b>	<b>100,00%</b>

Em 31 de dezembro de 2018, o fundo previsto nos estatutos inerente aos associados municipais encontra-se totalmente subscrito. Relativamente à quota-parte do fundo dos associados não municipais, está por subscrever a quantia de 2.500,00€, que representa 1,67% do fundo total.

Do fundo subscrito pelos associados, encontra-se realizado, a 31 de dezembro de 2018, o montante de 145.000,00 € (31.12.2017: 145.000,00€), ficando da seguinte forma:

<b>Fundos</b>	<b>€</b>
<b>Saldo em 31.12.2017</b>	<b>145.000,00</b>
Aumentos no exercício	0,00
<b>Saldo em 31.12.2018</b>	<b>145.000,00</b>

Assim, dos fundos subscritos encontra-se por realizar o montante de 2.500,00 €, conforme divulgado no quadro seguinte, que sintetiza os saldos pendentes com os associados.

### Quantias de saldos pendentes

Associados Municipais	Total a receber							
	2018				2017			
	Unidades Participaçã	Quotas/ participação orçamento	Outros	Total	Unidades Participaçã o	Quotas/ participação orçamento	Outros	Total
Município de Vila Nova de Gaia		4.991,93		4.991,93		4.962,32		4.962,32
Município de Vale de Cambra		0		0		8.763,70		8.763,70
Município de São João da Madeira						11.356,60		11.356,60
Município de Santa Maria da Feira						0		0
Município de Oliveira de Azeméis								
Município de Espinho								
<b>Associados Não Municipais</b>								
EDP – Distribuição – Energia, SA								
GALP Energia, SA		449,48		449,48		448,15		448,15
STCP, S.A.	2.500,00	833,33		3.333,33	2.500,00	833,33		3.333,33
Metro da Área Metropolitana do Porto, S.A.		223,40		223,40		223,40		223,40
SULDOURO, SA		449,47		449,47		223,40		223,40
ADENE – Agência para a Energia								
EDP Gás, S.A.						897,63		897,63
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto						898,97		898,97
Universidade de Aveiro		226,08		226,08		224,75		224,75
Águas do Norte, SA								
<b>Totais</b>	<b>2.500,00</b>	<b>7.173,69</b>		<b>9.673,69</b>	<b>2.500,00</b>	<b>28.832,25</b>		<b>31.332,25</b>

As transações com os associados constam do quadro seguinte:

*Transações*

Associados	2018			2017		
	Subscrição Unidades de Participação	Quotizações/ Participação Orçamento	Prestação de Serviços	Subscrição Unidades de Participação	Quotizações/ Participação Orçamento	Prestação de Serviços
<b>Associados Municipais</b>						
Município de Vila Nova de Gaia		87.008,11		87.037,68		
Município de Santa Maria da Feira		47.287,01		47.303,09		
Município de Oliveira de Azeméis		20.806,28		20.813,35		
Município de São João da Madeira		11.352,74		11.356,60		7.650,00
Município de Vale de Cambra		6.976,69		11.352,74		
Município de Espinho		11.348,89		11.352,74		
<b>Associados Não Municipais</b>						
EDP Distribuição, S.A.		904,33		898,97		
Suldouro, S.A.		904,33		898,97		
STCP, S.A.						
Águas do Douro e Paiva		904,33				
Metro da Área Metropolitana do Porto, SA		904,33		898,97		
ADENE - Agência para a Energia		904,33		898,97		
GALP Energia, S.A.		904,33		898,97		
Instituto Superior de Engenharia do Porto		904,33		898,97		
EDP Gás, S.A.		904,33		898,97		
Universidade de Aveiro		904,33		898,97		
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto		904,33		898,97		
<b>Total</b>		<b>193.823,02</b>		<b>197.306,93</b>		<b>7.650,00</b>

## 10.2. Créditos a receber

### 10.2.1. Outras contas a receber

Tal como as dívidas de clientes, as “Outras contas a receber” são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o valor recuperável.

A rubrica “Outras contas a receber” apresentava, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

<b>Outras contas a receber</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Fornecedores c/c	0,00	260,14
Devedores por acréscimos de rendimentos	16.020,88	11.356,60
Outros devedores	51.753,42	0,00
<b>Total</b>	<b>67.774,30</b>	<b>11.616,74</b>

A conta de “Devedores por acréscimos de rendimentos” referem-se a rendimentos do exercício para os quais os respetivos documentos de suporte são de 2019.

Em “Outros devedores” encontram-se registados os valores a receber no âmbito dos subsídios contratualizados e já referidos na nota 7.

#### 10.2.2. Pessoal

<b>Pessoal</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Outras operações – Conta corrente	697,01	586,98
<b>Total</b>	<b>697,01</b>	<b>586,98</b>

#### 10.3. Caixa e depósitos bancários

Não existem, à data do balanço, saldos não disponíveis para uso. O “Caixa e depósitos bancários” englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.



A rubrica de “Caixa e depósitos bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

<b>Caixa e depósitos bancários</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
<b>Caixa</b>		
Numerário	204,92	826,44
<b>Depósitos bancários</b>		
Depósitos à ordem	287.243,27	223.847,15
<b>Caixa e depósitos bancários</b>	<b>287.448,19</b>	<b>224.673,59</b>

#### 10.4. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações em 2018 e 2017:

<b>Descrição</b>	<b>Saldo em 01.01.2018</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Diminuições</b>	<b>Saldo em 31.12.2018</b>
Fundos	191.240,00			191.240,00
Reservas	875.752,32			875.752,32
Resultados transitados	-854.044,93	26.782,25		-827.262,68
<b>Total:</b>	<b>212.947,39</b>	<b>26.782,25</b>		<b>239.729,64</b>

<b>Descrição</b>	<b>Saldo em 01.01.2017</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Diminuições</b>	<b>Saldo em 31.12.2017</b>
Fundos	191.240,00			191.240,00
Reservas	875.752,32			875.752,32
Resultados transitados	-886.617,76	32.572,83		-854.044,93
<b>Total:</b>	<b>180.374,56</b>	<b>32.573,83</b>		<b>212.947,39</b>

### 10.5. Fornecedores

As dívidas a Fornecedores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito do desconto é considerado imaterial.

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

<b>Fornecedores</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
PETRÓLEOS DE PORTUGAL, S.A.	778,40	1.075,47
NOS-COMUNICAÇÕES, SA	0,00	240,95
IRRADIARE-INV, E DESENV. ENG AMBIENTE, LDA	3.136,5	3.136,50
MAGNETIK VALUE	0,00	1.845,00
MEO COMUNICAÇÕES, SA	44,59	47,05
SMARTWATT – ENERGY SERVICES, SA	0,00	2.952,00
Outros	317,45	152,43
<b>Total</b>	<b>4.276,94</b>	<b>9.449,40</b>

### 10.6. Outros passivos correntes

#### 10.6.1. Outras contas a pagar

Tal como as dívidas a Fornecedores, as “Outras contas a pagar”, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito do desconto é considerado imaterial.

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

<b>Outras contas a pagar</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Credores por acréscimos de gastos	18.743,69	18.291,28
Outros credores	2.001,21	584,25
<b>Total</b>	<b>20.744,90</b>	<b>18.875,53</b>

A conta de “Credores por acréscimos de gastos” contempla a quantia de 17.073,08 € (2017: 16.363,74 €) relativa a direitos adquiridos por trabalho prestado (férias e subsídio de férias) em 2018 e a liquidar em 2019, e ainda a afetação de gastos ao exercício, para os quais os respetivos documentos de suporte são de 2019, no valor de 1.670,61 € (2017: 1.927,54 €).

#### 10.6.2. Pessoal

<b>Pessoal</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Outras operações – Conta corrente	0,00	549,77
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>549,77</b>

#### 10.7. Financiamentos obtidos

Os empréstimos estão registados no passivo ao custo, deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar à liquidação, cancelamento ou expiração.

Os empréstimos e descobertos bancários, correntes e não correntes, decompunham-se, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, da seguinte forma:

<b>Financiamentos Obtidos</b>	<b>2018</b>			<b>2017</b>		
	<b>Corrente</b>	<b>Não corrente</b>	<b>Total</b>	<b>Corrente</b>	<b>Não corrente</b>	<b>Total</b>
Empréstimos bancários						
Descobertos bancários	236,02		236,02	741,90		741,90
Loações financeiras						
Desconto de letras						
Suprimentos						
Factoring						
<b>Total</b>	<b>236,02</b>		<b>236,02</b>	<b>741,90</b>		<b>741,90</b>

Em 2018, e 2017, o saldo pendente nesta conta respeitava somente à utilização do cartão de crédito.

### 10.8. Investimentos financeiros

<b>Balço</b>	2018
<b>Fundo Compensação Trabalho</b>	13,60

Os investimentos financeiros respeitam ao FCT e encontram-se mensurados ao justo valor.

### 11. Locações operacionais

O contrato de aluguer da viatura ao serviço da empresa reveste a natureza de locação operacional, visto que não são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. Os custos deste aluguer ascenderam a 12.596,71 €, em 2018, e 7.224,48 € em 2017.

Descrição do acordo de locação existente em 31/12/18 e 31/12/17:

#### 2017

<b>Nº Contrato</b>	<b>Locadora</b>	<b>Data Inicio</b>	<b>Data Fim</b>	<b>Bem Locado</b>	<b>Valor mensal do aluguer</b>	<b>Opção de Compra</b>
703827	BMW Renting (Portugal), Lda.	04-07-2014	30-06-2018	Viatura 16-OV-41	602,04	N

#### 2018

<b>Nº Contrato</b>	<b>Locadora</b>	<b>Data Inicio</b>	<b>Data Fim</b>	<b>Bem Locado</b>	<b>Valor mensal do aluguer</b>	<b>Opção de Compra</b>
705441	BMW Renting (Portugal), Lda.	06-07-2018	30-06-2022	Viatura 00-VD-36	679,34	N

## 12. Divulgações exigidas por diplomas legais

Nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei 534/80, de 7/11, informa-se que não existem dívidas vencidas para com o Estado.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, informa-se que não existem dívidas perante a Segurança Social.

Não existem dívidas vencidas para com os trabalhadores.

## 13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

### 13.1. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

<b>Diferimentos Ativo</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Gastos a reconhecer</b>		
FSE	579,16	260,25
Subcontratos	0,00	2.891,28
	<b>579,16</b>	<b>3.151,53</b>
<b>Diferimentos Passivo</b>		
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
FEDER - CONTEST	1.670,44	0,00
Apoio H2020	65.689,00	0,00
	<b>67.359,44</b>	<b>0,00</b>

### 13.2. Estado e outros entes públicos

Os saldos da rubrica “Estado e outros Entes Públicos” estão divididos da seguinte forma:

	2018		2017	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC		9,16		16,81
Impostos s/ rendimento - IRS		1.607,00		1.416,00
Imposto s/ valor acrescentado - IVA		1.466,20		141,24
Contribuições p/ segurança social		2.490,56		2.354,03
Outras tributações		9,01		0,00
		<b>5.581,93</b>		<b>3.928,08</b>

### 13.3. Fornecimentos e serviços externos

A Energaia caracteriza-se pelo elevado grau de qualificação e pelo reconhecimento de diversas valências técnicas, que lhe permite atuar sem qualquer limitação nas áreas em que intervém. No entanto, e como forma de evitar o crescimento inadequado da equipa, a Energaia recorre à subcontratação de empresas especializadas que atuam sob a coordenação e supervisão da sua equipa técnica.

Entre os gastos com “Trabalhos especializados” destacam-se os serviços de contabilidade, no valor de 7.371,92 €, de revisão de contas, no valor de 2.556,44 €, e de recurso a trabalho temporário, no montante de 11.561,22 €.

A rubrica “Rendas e alugueres” é composta por:

- Renting 12.596,71 € (2017: 7.224,48 €) (viaturas)
- Aluguer 9.966,12 € (2017: 7.614,93 €) (instalações da sede da agência) e, 1.255,76 € (2017: 1.241,52 €) (fotocopiadora)

Desta forma, a repartição dos “Fornecimentos e serviços externos”, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

<b>Rubricas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Subcontratos	3.914,82	9.638,80
Trabalhos especializados	27.818,17	10.164,07
Honorários	3.000,00	0,00
Conservação e reparação	1.298,28	1.515,25
Serviços bancários	1.506,92	1.525,74
Material de escritório	471,62	302,52
Combustíveis	5.482,76	4.749,72
Deslocações, estadas e transportes	4.009,73	3.600,44
Rendas e alugueres	23.818,59	16.080,93
Comunicação	3.581,87	3.920,85
Despesas de representação	762,01	539,12
Outros	2.864,08	1.698,77
<b>Total FSE</b>	<b>78.528,85</b>	<b>53.736,21</b>

#### 13.4. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

<b>Outros rendimentos</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Correções relativas a exercícios anteriores	1.387,57	260,14
Outros	1.066,92	118,70
<b>Total</b>	<b>2.454,49</b>	<b>378,84</b>

#### 13.5. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

<b>Outros gastos</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	879,71
Quotizações	2.720,00	2.720,00
Outros	400,71	927,33
<b>Total</b>	<b>3.120,71</b>	<b>4.527,04</b>

#### **14. Acontecimentos após a data de balanço**

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 3 de abril de 2019. As mesmas poderão ser alteradas aquando da assembleia de aprovação de contas.

Entre a data do balanço e a data da autorização para a emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.



## **APROVAÇÃO**

Vila Nova de Gaia, 03 de abril de 2019

### **O Contabilista Certificado**

---

Luís Cardoso

### **O Conselho de Administração**

---

Presidente do Conselho de Administração  
Joaquim Borges Gouveia – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

---

Vice-Presidente do Conselho de Administração  
Vítor Marques – Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

---

Vogal do Conselho de Administração  
Vicente Pinto – Câmara Municipal de Espinho

---

Tesoureiro do Conselho de Administração  
António Santos Ferreira – EDP Distribuição

---

Secretário do Conselho de Administração  
Luís Silva – ADENE – Agência para a Energia